O MANIFESTO DOS EDUCADORES (1959): O EMBATE ENTRE A LIBERDADE TOTAL X LIBERDADE DISCIPLINADA

CAIO FERNANDO ALVES DUARTE SANTOS

RESUMO
Este artigo tem como objetivo analisar o Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados (1959), destacando suas implicações no contexto social, econômico e, principalmente, político do Brasil no final dos anos 1950. O documento é examinado como uma fonte histórica relevante, que expressa as tensões e os debates ideológicos da época, especialmente no que diz respeito às discussões sobre a estrutura educacional brasileira. Ao situar o manifesto em seu período histórico, busca-se compreender como ele refletiu as disputas em torno do projeto de educação nacional, em um momento marcado por intensas transformações sociais e pela crescente politização da questão educativa. O estudo parte da premissa de que o manifesto não apenas sintetiza as demandas dos educadores da época, mas também se insere em um cenário mais amplo de lutas por reformas de base, que ganhariam ainda mais força na década seguinte. O texto é analisado em diálogo com as políticas públicas em educação do período, bem como com os movimentos sociais e intelectuais que buscavam redefinir o papel da escola na sociedade brasileira. Além disso, explora-se como o documento se relaciona com os projetos desenvolvimentistas em curso, destacando as contradições entre o avanço industrial e as persistentes desigualdades educacionais. Por fim, o artigo discute o legado do manifesto, avaliando sua influência nos debates posteriores sobre educação e sua relevância para a compreensão das continuidades e rupturas nas políticas educacionais brasileiras. A análise revela que, mais do que um documento pontual, o manifesto representa uma expressão significativa dos anseios por uma educação pública, democrática e de qualidade, temas que permanecem atuais no cenário educacional do país.

PALAVRAS-CHAVE: Manifesto dos Educadores; História da Educação; Anos 1950; Política Educacional; Reformas de Base.

ABSTRACT
This article examines the Educators' Manifesto: Once Again Summoned (1959), focusing on its social, economic, and—above all—political implications in late 1950s Brazil. The document is analyzed as a key historical source, reflecting the ideological tensions and debates of the time, particularly regarding Brazil's educational structure. By situating the manifesto within its historical context, the study explores how it engaged with broader disputes over national education policy during a period of intense social transformation and growing politicization of education. The study argues that the manifesto not only articulated educators' demands but also contributed to wider struggles for structural reforms, which gained momentum in the following decade. The text is analyzed in relation to contemporary public education policies, as well as social and intellectual movements seeking to redefine schooling in Brazilian society. Additionally, the article discusses the manifesto's connection to developmentalist policies, highlighting contradictions between industrial progress and persistent educational inequalities. Finally, the article assesses the manifesto's legacy, considering its influence on later educational debates and its relevance for understanding continuities and shifts in Brazilian education policy. The analysis demonstrates that the document was more than a product of its time—it embodied enduring demands for public, democratic, and high-quality education, issues that remain relevant today.

KEYWORDS: Educators' Manifesto; History of Education; 1950s Brazil; Education Policy; Structural Reforms.

INTRODUÇÃO

O Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados foi publicado em 1959, resgatando o debate desenvolvido no Manifesto dos pioneiros da educação nova, de 1932, porém, com uma mudança significativa: não mencionou a defesa da eugenia e, além dis-

so, deixou de enfatizar os princípios da Escola Nova para tratar do aspecto social da educação e dos deveres do Estado Democrático para com essa esfera institucional. O Manifesto foi escrito por Fernando de Azevedo e obteve apoio maciço, com 189 assinaturas, desde intelectuais até profissionais liberais: o sociólogo Florestan Fernandes, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Anísio Teixeira e Caio Prado Jr, exprimem a grande aceitação e o apoio de grupos distintos ao documento. A diferença entre o Manifesto de 1932 com o Manifesto de 1959 se deu devido ao contexto político e histórico no qual ele foi escrito: em 1932 a construção e a instrumentalização do Estado estavam iniciando-se. Em 1956, em diante, o debate sobre qual seria o papel do Estado para com a educação, e a tensão política entre os defensores da escola privada com os defensores da escola pública, imprimiu um novo sentido para a produção do Manifesto. Não se tratava – como no Manifesto de 1932 – de desenvolver um projeto de ação futuro para a construção da educação concomitante com o Estado nacional industrial, mas, tratava-se de um projeto inadiável para atender as necessidades criadas pela modernização e industrialização do pós-revolução de 1930, acentuadas pelo projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

[...] decorridos mais de 25 anos da primeira que em 1932 nos sentimos obrigados a transmitir ao público e às suas camadas governantes, marca nova etapa no movimento de reconstrução educacional que se procurou então desencadear, e que agora recebe a solidariedade e o apoio de educadores de nova geração. Outras, muito diversas, são as circunstâncias atuais que naturalmente reflete este novo documento, menos doutrinário, mais realista e positivo, na linha, porém, do pensamento da mesma corrente de educadores. O que antes era um plano de ação para o futuro, tornou-se hoje matéria já inadiável como programa de realizações práticas [...]. (AZEVEDO, Fernando, 1959, p. 205).

Desse modo, outra característica central do documento era o ideário do liberalismo político que deu o tom democrático ao Manifesto, ressaltando a necessidade de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita alargada para todas as camadas sociais. A defesa da laicidade da escola, ou, no linguajar da época, da escola leiga, exprimia os embates que se travarão no decorrer da década de 50 contra os defensores da escola privada, isto é, dos defensores do ensino religioso confessional. Essa polarização entre o público e o privado, entre o velho e o novo, e entre o progresso e o regresso, em nome da liberdade total em contraposição à liberdade disciplinada, são expressões das conjunturas da época.

Além disso, a análise comparativa entre os dois manifestos revela não apenas continuidades, mas também rupturas no pensamento educacional brasileiro. O manifesto de 1932, influenciado pelo ideário da Escola Nova, defendia uma educação renovadora, centrada no desenvolvimento individual e na formação de uma elite intelectual capaz de conduzir o país rumo ao progresso. No entanto, também carregava traços do pensamento eugênico, então em voga, que visava à "seleção" de indivíduos considerados mais aptos. Já o manifesto de 1959, ao abandonar essa perspectiva, direcionou seu foco para a democratização do ensino, refletindo as transformações sociais e políticas do período.

O governo de Juscelino Kubitschek, com seu Plano de Metas e o slogan "50 anos em 5", acelerou o processo de industrialização e urbanização, gerando novas demandas por escolarização. Nesse contexto, o manifesto de 1959 surgiu como uma resposta às pressões por expansão educacional, defendendo a universalização do acesso à escola como condição para o desenvolvimento nacional. Além disso, o documento refletia o clima de redemocratização do país após o Estado Novo (1937-1945), reforçando a ideia de que a educação era um direito social e um dever do Estado.

Uma das principais características do manifesto de 1959 foi sua defesa intransigente da escola pública e laica, em oposição ao avanço do ensino privado confessional. Essa disputa não era apenas pedagógica, mas também política e ideológica, envolvendo

setores conservadores ligados à Igreja Católica e grupos progressistas que viam na educação pública um instrumento de emancipação social. O manifesto posicionou-se claramente a favor de um Estado educador, responsável por garantir educação gratuita e de qualidade para todos, em contraposição ao modelo privatista que excluía as camadas populares.

Essa defesa estava alinhada com os princípios do liberalismo político, que ganhavam força no período, embora com uma perspectiva socialmente comprometida. Ao mesmo tempo, o documento refletia as contradições de um projeto educacional que, embora progressista, ainda não enfrentava de forma radical as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Apesar disso, seu legado foi fundamental para as lutas em defesa da educação pública nas décadas seguintes, influenciando debates que permanecem atuais.

CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTISMO: O PLANO DE METAS E A POSIÇÃO SUBALTERNA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS ANOS 1950

O título dessa exposição já antecede os aspectos que iremos enfatizar ao longo da análise. Trata-se de analisar o contexto político do governo de Juscelino Kubitschek e como se deu a tensão entre o Plano de Metas, que estabeleceu um projeto de aceleração econômica no Brasil – cinquenta anos em cinco anos –, com o papel da educação pública, sobretudo, a educação básica no Brasil. A tensão, nesse sentido, está acentuada no amplo processo de modernização, industrialização e desenvolvimentismo, via capital externo e abertura da economia, com um lugar subalterno da educação no Plano de Metas. Segundo o estudo de Helena Bormery, no artigo O Brasil de JK - Educação e desenvolvimento: o debate dos anos 1950, o setor da educação demonstrava percentuais baixíssimos no plano dos investimentos no governo de JK. Além disso, a educação básica ficou à margem do processo. A formação de técnicos e a instrumentalização do Estado sob a classe de técnico-burocratas atendia à meta 30 e não mencionava a formação do ensino de base, como fica evidente no trecho abaixo:

O setor da educação foi contemplado com apenas 3,4% dos investimentos inicialmente previstos e abrangia uma única meta. Formação de pessoal técnico era a meta 30, que prescrevia a orientação da educação para o desenvolvimento e não falava em ensino básico. (BORMENY, Helena. 2012).

O estímulo à criação de cursos superiores voltados para a área da administração atendia às necessidades, e ao projeto político verticalizado, que Juscelino Kubitschek havia planejado. Acreditava-se que com a formação de uma elite bem preparada, todo o país se beneficiaria do ponto de vista educacional e progressista. No entanto, para que o Plano de Metas fosse vitorioso, fazia-se necessária a modernização e a racionalização administrativas do país e, para isso, exigia-se um quadro administrativo especializado. Diante dessa estrutura desenvolvimentista e marcada por uma política governamental essencialmente democrática, as melhorias da estrutura educacional, desde a década de 30 do século XX, não haviam sido cristalizadas em solo nacional. Na década de 1930, por exemplo, o número de analfabetos, segundo o senso de 1940, expressava uma população analfabeta de 56,17%, na faixa etária acima de 15 anos. Na década de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, registrava-se uma percentagem de 39,35% de analfabetos na mesma faixa etária. Ou seja, na segunda metade do século XX, o Brasil apresentava um projeto político desenvolvimentista, de aceleração da economia e de industrialização, que se mostrava incompatível com uma estrutura social arcaica e enrijecida pelos graves problemas do analfabetismo e de ausência de produção científica e técnica – fatores estes, essenciais para o desenvolvimento de uma estrutura industrial.

A defesa do Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados trás para o debate educacional elementos, que na verdade, são de ordem política. Isto é, ao compararmos o Brasil com os países europeus industrializados do século XIX, eles venceram barreiras que o Brasil do século XX ainda não havia achado a solução. Por isso, observamos elementos importantes contidos no Manifesto, dentre eles: 1) defesa do princípio federati-

vo; 2) educação pública, gratuita, laica e obrigatória a todos; 3) fortalecimentos do espírito cívico, essencial para a consolidação de uma boa Democracia; 4) delimitação quanto ao papel do Estado para com a educação; 5) defesa da liberdade disciplinada; 6) educação voltada para o trabalho. Assim, a defesa da Democracia liberal estava estreitamente relacionada à posição educacional e ao projeto político dos signatários do manifesto: criar oportunidades iguais através de instituições públicas sem, contudo, instaurar o monopólio estatal sobre tais instituições. É sob esse aspecto fundamental da doutrina liberal que os defensores da escola pública refutaram os argumentos dos defensores do ensino privado, sobretudo, quanto à perda de liberdade dos pais na escolha educacional dos filhos.

Entretanto, a oposição em relação aos defensores da liberdade total foi derrotada com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Nos anos de 1958, os embates entre o público X o privado acabaram se acentuando. Anísio Teixeira é perseguido por bispos católicos e, estes últimos, lançam um memorial pedindo a expulsão do educador da coordenação do CAPES e do INEP. Num período posterior, já no governo de João Goulart o art.95, da lei 4.024, da LDB, marca o esfacelamento da escola pública a todos: nesse período deliberou-se pela expansão da rede privada subvencionada pelo Estado, deixando a educação pública como setor secundário do processo.

A EDUCAÇÃO PARA O PROGRESSO DO TRABALHO, DA CIÊNCIA E DA DEMOCRACIA: O HIATO ENTRE O MODELO EDUCACIONAL E A PLATAFORMA POLÍTICA

O contexto da educação pública no Brasil dos anos de 1950 expressava números precários e estruturas arcaicas, se compararmos o modelo nacional-desenvolvimentista da época. A organização do ensino era deficiente em diversos aspectos. Em primeiro lugar, havia um número pequeno de escolas técnicas que não atendia à demanda de especialização do novo trabalhador para atuar na Indústria e nem uma elite formada para atuar nos quadros técnicos de gestão dos setores administrativos. Em segundo lugar, houve um rebaixamento no nível de ensino primário e secundário. A formação do professorado era precária e mal preparada, exprimindo deficiências tanto no campo cultural quanto no campo pedagógico; os salários não condiziam com a responsabilidade da profissão, isto é, no papel pedagógico e político de formar indivíduos capazes de introjetar o ideário republicano liberal dos direitos e deveres, da educação para o trabalho – fundamental para o desenvolvimento econômico do país – e indivíduos capazes de reproduzirem a técnica e a ciência.

Faz-se mais uma vez o rol, sempre reiterado, das mazelas educacionais: má organização do ensino; organização arcaica, antiquada e deficiente; ensino primário ministrado em dois, três e quatro turnos, reduzido a pouco mais do que nada; escolas técnicas em pequeno número [...] problemas graves na rede física das escolas [...] (SANFELICE, J. Luís,2007, p. 547).

Outra problemática da estrutura educacional da década de 50 concernia à precária infraestrutura das escolas. As edificações e as instalações escolares não abarcavam um número grande de alunos, deixando à margem uma porcentagem significativa da população brasileira. Os percentuais são expressivos, como nos mostra o Manifesto:

Se se considerar ainda que ultrapassa de 50% da população geral o número de analfabetos no país e que, de uma população e idade escolar (isto é, de 7 a 14 anos) de 12 milhões de crianças, não frequentam escola senão menos da metade ou, mais precisamente, 5.775.246, nada será preciso acrescentar, pois já se terá [...] um quadro sombrio demais [...] (AZEVEDO, Fernando, 1959, p.206).

Com esse quadro social gritante, a urgência de desenvolvimento e reestruturação das instituições educacionais se fazia urgente. O contexto social da década de 1950 acentuou as necessidades sociais, econômicas e políticas impostas desde o início da industrialização tardia no Brasil. O governo de Getúlio Vargas iniciou tal processo; o Plano de Metas

de Juscelino Kubitschek intensificou essa industrialização, sem, contudo, atentar para o descompasso entre o desenvolvimento econômico e a realidade social do país. O descompasso entre essas duas esferas explicava a defesa do Manifesto quanto à urgência de uma educação voltada para o trabalho. A centralidade do trabalho para a produção e reprodução da vida dos indivíduos era um ponto forte dos educadores do momento. Tal centralidade não expressava uma neutralidade do Manifesto. Não há, pois, outro modelo que proporcione o desenvolvimento da ciência e da técnica e que não se submeta à democratização do ensino; e que promova o fortalecimento das instituições públicas.

A educação de todos os níveis deve, pois, como já se inclinou em congressos internacionais, "tornar a mocidade consciente de que o trabalho é a fonte de tôdas as conquistas materiais e culturais de tôda a sociedade humana; incutir-lhe o respeito e a estima para com o trabalho e o trabalhador e ensiná-la a utilizar de maneira ativa, para o bem estar do povo, as realizações da ciência e da técnica", que entre nós, começaram apenas a ser socialmente consideradas como de importância capital (AZEVEDO, Fernando, 1959, p. 216).

O hiato entre as duas realidades – instituições escolares e nacional-desenvolvimentismo – instaurou nesse período uma inversão dos problemas reais. A escola pública, de vítima, passou a ser um problema estrutural do país. O Manifesto dos educadores tentou, no debate público, resolver tal inversão. As causas para a desintegração da escola pública estavam submetidas a um ponto central: o crescimento da educação, segundo Fernando de Azevedo, foi força das coisas, isto é, do rápido crescimento demográfico, do processo de industrialização e urbanização que se desenvolveu de diferentes formas e com ritmos distintos em regiões do Brasil. Nesse sentido, a variável central dessa problemática pode ser resumida da seguinte maneira: quanto maior for o crescimento da educação e menor for a ação coordenadora do poder público federal e estadual, o processo de desintegração da escola pública será acentuado. Assim, não foi o sistema público de ensino que falhou, mas o aparelhamento do Estado que afirmou a sua deficiência.

A DICOTOMIA DA EDUCAÇÃO EM 1950: LIBERDADE DISCIPLINADA CONTRAPOSTA À LIBERDADE TOTAL

A distinção entre a liberdade disciplinada e a liberdade total representou uma das maiores dicotomias do debate historiográfico em relação à educação brasileira da década de 1950 e 1960. De um lado – a liberdade disciplinada – nós temos o grupo dos educadores e de profissionais liberais que defendiam a escola pública gratuita, laica, obrigatória e acessível a todos. De outro – a liberdade total – nós temos, sobretudo, os grupos religiosos e as camadas mais conservadoras em defesa do ensino privado. O que inicialmente expressava somente uma divergência entre a dominância do ensino confessional em contraposição ao ensino leigo, ou seja, laico, posteriormente se transformou em debate político, encabeçado principalmente pelo deputado Carlos Lacerda (UDN). Esse debate político orientou e ajudou a esfacelar a predominância e o alargamento do ensino público, aspecto este que ajudaria o Brasil a se tornar, na esfera educacional, um país essencialmente democrático e de base liberal forte.

Nesse contexto, a ofensiva à escola pública se deu a partir de um projeto que tramitava na Câmara dos Deputados. Há quatro pontos principais do documento que exprimem essa ofensiva: 1) o ensino seria ministrado principalmente pelas entidades privadas; 2) o ensino público ficaria em segundo plano na oferta da educação básica; 3) o ensino particular não seria fiscalizado pelo Estado; 4) O Estado subvencionaria as entidades privadas. Tais características, segundo os signatários do Manifesto, seriam análogas às instituições do Brasil Império: ensino livre, não fiscalizado pelo Estado, entretanto, financiado pelos cofres públicos (AZEVEDO, Fernando, 1959, p. 210). Vê-se, nesse sentido, que nas sessões da Câmara dos Deputados, a defesa da liberdade total – liberdade esta às avessas – possuía apoio majoritário.

A dicotomia no campo político se deu na clássica divisão entre direita e esquerda. A

direita representava a defesa da escola católica, confessional, ou, nos termos eufemísticos, ensino privado. A esquerda, por sua vez, defendia a escola pública, se mantendo fiel – e essa é uma característica importante desta esquerda peculiar – aos ideais liberais e democráticos. O liberalismo democrático, como já mencionamos, não se resumia ao liberalismo econômico, mas era o liberalismo político que se mostrava dominante. Por possuírem tal posicionamento, fica evidente no Manifesto que as questões de ordem política deveriam ser neutralizadas e que a defesa da escola pública não poderia se submeter às tensões políticas. O trecho a seguir exprime esse caráter de coligação entre as partes contrárias e a busca pela neutralização em prol da educação pública:

[...] a tendência é de deslocar uma questão que devia pôr em termos geral e acima de partidos, para o terreno de uma luta religiosa, devido às suas implicações confessionais – o que é preciso evitar por todas as formas – ou de uma luta entre grupos políticos, igualmente prejudicial ao debate do problema que temos o dever de examinar em face da Constituição Federal e conforme os princípios que regem as instituições democráticas. Pois, em primeiro lugar já por várias vezes direita e esquerda se aliaram na defesa da escola pública e, em segundo lugar, não falamos em nome de partidos, mas sob a inspiração e em defesa daqueles princípios (AZEVEDO, Fernando, 1959, p. 210).

A defesa legalista dos signatários do Manifesto está estreitamente relacionada ao conflito entre o projeto em discussão na câmara e os atributos que a Constituição Federal de 1946 dava ao Estado, sobretudo, quanto ao seu papel na educação brasileira. Como no próprio Manifesto está escrito, já não há direito de escolha, pois, a carta maior que regia o país já havia atribuído os deveres do Estado e o seu papel. A submissão da educação pública às pressões de grupos de influência, só reforçaria a desordem e a "anarquia" na educação, além de expressar a inconstitucionalidade do projeto.

CONCLUSÃO

A defesa da escola pública, conforme apresentada por seus proponentes, não se baseia na ideia de um monopólio estatal sobre a educação – argumento frequentemente utilizado por seus críticos. Em vez disso, o posicionamento enfatiza a necessidade de uma atuação coordenada e fiscalizadora do Estado em relação às instituições privadas de ensino. Essa perspectiva busca garantir que a educação nacional siga diretrizes básicas, evitando a desorganização e as disparidades no sistema educacional.

Nesse contexto, a proposta de uma liberdade disciplinada surge como princípio fundamental, defendendo um modelo de ensino laico, público, obrigatório e acessível a todos. Essa concepção não apenas atendia às demandas sociais da época, mas também visava assegurar que a educação fosse um direito universal, sem descuidar da qualidade e da uniformidade mínima necessária. Dessa forma, o Estado não seria o único provedor, mas sim o regulador e garantidor de que as instituições – sejam públicas ou privadas – cumprissem seu papel de forma equitativa e eficiente.

Essa abordagem equilibrada buscava conciliar a liberdade de ensino com a necessidade de um padrão educacional coerente, assegurando que a educação não se tornasse um privilégio de poucos, mas sim um alicerce para o desenvolvimento social e econômico da nação.

REFERÊNCIAS

Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados (janeiro de 1959). Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2_22e.pdf

BOMENY, Helena. Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educação/Anos1950

_____. O Brasil de JK. Manifesto Mais uma vez convocados. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educação/ManifestoMaisUmaVez

SANFELICE, José Luís. O manifesto dos edu-

cadores (1959) à luz da história. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 99, p. 542-557, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a13v2899.pdf